56ª Reunião do Conselho de Representantes a AFBNB

Relatório

A Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB) realizou nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2019, a 56ª Reunião do Conselho de Representantes de base, com o tema **"Por uma Política Nacional de Desenvolvimento: o recorte Regional em Discussão"**, na capital federal, Brasília. Participaram do evento funcionários do Banco do Nordeste, representantes, dirigentes de entidades de classe, além de diretores e conselheiros fiscais da Associação.

Os trabalhos foram iniciados na noite do dia 15, com composição de uma mesa diretora provisória composta por diretores da AFBNB a qual encaminhou a votação da mesa diretora permanente do encontro, a aprovação do Regimento Interno, bem como prestou informações gerais sobre a programação e organização da RCR. As atividades prosseguiram nos dias 16 e 17, sendo o último dia na Câmara Federal, com audiência pública, conforme consta na programação.

A manhã do dia 16 foi dedicada à abertura oficial e ao painel sobre o tema do evento. No período da tarde foi constituída uma mesa informativa com espaço reservado aos representantes dos funcionários nas instâncias do Banco e coligadas – Camed, Capef e Caref, seguida de reunião dos grupos regionais e plenária final.

Dia 15 – Noite

A 56ªRCR teve início com informes e credenciamento ainda na noite do domingo. Esclarecimentos acerca da audiência – deslocamento, participação etc – foram socializados bem como apresentada a programação e os materiais entregues a cada representante. Além disso, foi escolhida a mesa diretora que conduziu os trabalhos nos dias seguintes: a diretora-presidente da AFBNB, Rita Josina Feitosa; o diretor Waldenir Britto; o presidente do Conselho Fiscal, Henrique Moreira e a representante Maria do Socorro Ferraz.

Dia 16 - manhã

<u>Abertura</u>

A mesa de abertura oficial contou com as seguintes presenças: Rita Josina (AFBNB), Mauro Benevides (senador Constituinte e ex-presidente do BNB), Jefferson Gustavo (Sindicato dos Bancários do Distrito Federal), Luís Esteves (BNB), Jair Ferreira (FENAE), Silvio Kanner (AEBA), Edson Braga (AABNB), Marcos Miranda (Capef), Ocione Marques (Camed), Gustavo Tabatinga (Contraf), Waldenir Britto (Federação dos Bancários BA/SE), Tomaz de Aquino (Sindicato dos Bancários do Ceará), Jeane Marques (Sindicato dos

Bancários da Bahia), Enock Bezerra (Sindicato dos Bancários do Maranhão), Amanda Lima (Sindicato dos Bancários de Sergipe), Marcos Tinoco (Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte), Robson Araújo (Sindicato dos Bancários da Paraíba) e Reginaldo Medeiros (Sindicato dos Bancários de Montes Claros e Região/MG).

Ao fazerem uso da palavra, todos os presentes ressaltaram a importância dos bancos públicos, em especial o BNB, para o desenvolvimento do país e criticaram a orientação e as medidas do Governo federal contra as empresas públicas. Rita Josina destacou o esforço – inclusive financeiro – da Associação em realizar o encontro na capital federal, justificado pelo momento crucial de união em torno da defesa do BNB.

Homenagem

Na oportunidade, foi realizada uma homenagem a dois personagens de grande relevância para a luta em defesa do BNB e a criação do FNE: o senador Constituinte e ex-presidente do BNB, Mauro Benevides, e o primeiro presidente eleito da AFBNB, Felipe Fialho, que não mediram esforços durante a Assembleia Nacional Constituinte para inserir o artigo que criava os fundos constitucionais e, com isso, garantia recursos estáveis e não contingenciados em orçamento aos bancos de desenvolvimento. Ambos receberam um broche com o símbolo da AFBNB em reconhecimento ao compromisso com o BNB e com seus trabalhadores.

Painel

O Painel "Por uma Política Nacional de Desenvolvimento: O recorte Regional em Discussão" foi debatido pelo presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA) e pelo representante da AFBNB e ex-diretor de ações institucionais da Associação, Alci Lacerda de Jesus, com mediação do diretor de ações institucionais José Frota de Medeiros.

Alci de Jesus começou sua apresentação pela ação política e processos de luta, que são para ele de extrema relevância quando se fala em desenvolvimento e elencou três propostas: a primeira, preparar espaço consolidado no site da AFBNB com documentos sistematizados que possam embasar a luta dos trabalhadores/representantes na sua interlocução com os diversos setores sobre o Desenvolvimento Regional e o Recorte Regional na perspectiva dos trabalhadores. Essa proposta se desdobrou em outras, que foram incluídas no rol das deliberações aprovadas em plenária.

A segunda, a realização de uma pesquisa junto aos parlamentares colhendo respostas quanto a perguntas chaves sobre o Desenvolvimento Regional, o FNE e os Bancos Regionais, considerando a Repactuação Federativa, Reforma Tributária, PEC 119, Resolução 130 Condel/Sudene, PEC do FUNDEB.

Já a terceira foi articular documento a ser assinado pelas Associações como AFBNB-AEBA e demais organizações/entidades da sociedade organizada pelo fortalecimento dos Bancos Públicos, Nacionais e Regionais, e pela manutenção dos Fundos Constitucionais conforme consta na Constituição Federal. Alci destacou a necessidade dos trabalhadores se debruçarem sobre o novo PRDNE, cujos eixos estão impactando e vão impactar a programação do FNE, bem como fazerem o enfrentamento aos projetos que tramitam e que desidratam o Fundo, como a PEC 119 (que destina por 15 anos 1/3 dos recursos dos Fundos Constitucionais a projetos estruturantes, por meio de investimentos públicos e de financiamento de concessões e de parcerias público-privadas). O impacto dessa PEC, por exemplo para o BNB, pode ser nefasto: a taxa de administração do BNB que hoje é R$1,4bi/ano ficaria em R$600 milhões/ano.

O segundo palestrante, Silvio Kanner, presidente da AEBA, começou sua apresentação com dois questionamentos: "Por que é importante ter uma política de desenvolvimento regional" e "quem tem que defender os bancos públicos?". Ele resgatou o histórico da criação do Banco da Amazônia – à época Banco

de Crédito da Borracha – destacando que a diferença que o Banco tem das demais instituições financeiras não é demérito e sim uma qualidade: o BASA é dual, ao mesmo tempo em que é um negócio bancário, é também o braço do Governo Federal na Amazônia. "Muita gente critica o BASA como um banco lento, burocrático, difícil, mas eles não tem noção das amarras institucionais que outras empresas bancárias não têm; nós temos critérios para aplicar os recursos, nós estamos presos à lei dos fundos, à política de desenvolvimento; temos que contratar uma operação para 16 anos. Quem é que quer fazer isso. Todo mundo quer recursos do FNE e do FNO mas não sabem que não é fácil".

Para ele, retirar recursos do FNO e do FNE é punir exatamente quem vem fazendo o seu trabalho, um trabalho que não é fácil porque o BASA está inserido numa sociedade capitalista que analisa tudo apenas pela ótica do lucro. Silvio destacou que, mesmo investindo de forma diferenciada, onde sob o ponto de vista capitalista não haveria "retorno", o Banco tem conseguido fazer bem seu trabalho e ainda dar lucro. Ele apresentou uma tabela que mostra que desde 2002 o Banco dá resultados positivos.

Ambas as apresentações podem ser conferidas na apresentação disponível na sessão DOCUMENTOS (no site da AFBNB). O vídeo está disponível na página da AFBNB no facebook.

Após as palestras, foi aberto o debate com a participação dos representantes.

Dia 16 - tarde

A tarde começou com a foto coletiva e a retomada da Mesa Informativa

Caref

Rheberny Oliveira, representante dos funcionários no Conselho de Administração do BNB, falou sobre a composição do Conselho e de sua experiência no Colegiado que, segundo ele tem aberto portas para tratar de assuntos de interesse dos trabalhadores junto a outras instâncias do Banco. Ele se reuniu com a diretoria administrativa do Banco com quem tratou sobre banco de sucessão, retomada das concorrências para gerente de negócios e GSN, por exemplo.

Conselho Deliberativo da Camed

Os conselheiros eleitos da Camed, Suenize Limaverde e Antônio Nogueira Filho, falaram sobre o trabalho do Conselho, a busca pela transparência e ações que estão sendo encaminhadas, como o Boletim; a revisão e atualização do Regimento Interno, do Regimento da Ouvidoria e da política de investimento da Caixa Médica.

Ouvidoria da Camed

Luciano Guerra, ouvidor, destacou a Camed enquanto ativo dos trabalhadores do BNB e que como tal deve ser fortalecido e preservado. Ele falou de peculiaridades que só a Camed tem, como a demanda diferenciada. Reiterou o compromisso da ouvidoria e os canais de atendimento.

Conselho Deliberativo da Capef

Os conselheiros eleitos da Capef, Reginaldo Medeiros, Nivaldo Trindade e Antônio Nogueira Filho agradeceram a confiança depositada neles e prestaram contas de sua atuação. O mandato se encerra em breve.

Comunicação

O diretor de comunicação da AFBNB, Dorisval de Lima, fez uma breve abordagem dos instrumentos de comunicação da AFBNB e das publicações editadas, reforçando a importância de todos se informarem,

acompanharem e estarem bem inteirados sobre os fatos, sobretudo em relação a medidas/projetos e demais iniciativas que apontam para ameaças contra o BNB e o FNE. Assim, enfatizou a importância da organização e da resistência para fazer frente às questões gerais que estão em andamento no país que atacam as conquistas sociais e trabalhistas e o próprio país.

Setembro Amarelo

Em oportuno a este momento, a diretora-presidente da AFBNB fez uma abordagem sobre a campanha do Setembro Amarelo. Ela fez um alerta para a prevenção de suicídio e para os cuidados com a saúde mental dos trabalhadores, sobretudo no momento atual, de pressões e incertezas. A representante Cargeany Lacerda (SE) citou uma campanha que acontece em sua cidade e em seu local de trabalho, chamada "Abrace mais". Ela explicou a diferença entre estar deprimido e estar com depressão, lembrando que se uma pessoa se encontra a mais de 3 meses com tristeza e sem ânimo para viver é um sinal de alerta. A representante informou que o número de suicídios aumentou 120% em 2019, em relação a 2018, e que só no BNB foram 5 casos esse ano.

Questões gerais

Rita Josina apresentou os números de representantes e associados da AFBNB, destacando que mesmo com a eleição suplementar ainda há muitas unidades sem representantes. Hoje são 206 unidades com representantes eleitos. O número de associados – da ativa e aposentados – teve um decréscimo de 200 pessoas, muitos deles após aderirem ao PID. Isso se reflete na arrecadação da entidade, uma vez que não há paridade na contribuição de um trabalhador antigo e um novo.

Ela detalhou os custos das últimas 5 Reuniões do Conselho de Representantes, sendo a 56ª a mais dispendiosa, devido ao custo das passagens.

Rita também citou o número de mulheres participantes que, embora ainda reduzido, tem crescido: na 35ª RCR, foram apenas 22 mulheres, enquanto que na 56ª foram 40 (e 171 homens).

Grupos regionais

Em seguida foi o momento de grupos de trabalho divididos pelas diretorias regionais e suas respectivas bases, os quais debateram sobre as questões internas ao Banco (tanto do ponto de vista geral, da instituição, como nas respectivas regionais e unidades). Como resultado, apontaram direcionamentos e sugestões para que sejam incorporados como ação da AFBNB, tanto das regionais como da diretoria como um todo.

Avaliação da Gestão Unidade e Luta

O diretor de Comunicação Dorisval de Lima destacou que essa é a última RCR da gestão Unidade e Luta, ressaltando a seriedade e o compromisso com que a diretoria e o conselho fiscal trabalharam, se pautando sempre pelos interesses coletivos e pela defesa do BNB e dos trabalhadores. Na oportunidade destacou também que todo o conjunto de ações implementadas pela diretoria foram sempre em sintonia com os direcionamentos pautados pela base, tanto nos fóruns de representantes, nas reuniões nas unidades e de outras formas. Em nome da diretoria, manifestou agradecimentos aos representantes e demais

funcionários do Banco pela parceria nas lutas e ações da entidade. Em seguida, foi apresentado vídeo com fotos de retrospectiva da gestão.

Eleição Comissão Eleitoral

Em conformidade com o artigo 73 do Estatuto da AFBNB, que determina que a Comissão Eleitoral que coordenará o processo eleitoral da Entidade deve ser eleita na RCR imediata que precede o pleito, os associados elegeram por ampla maioria (nenhum voto contrário e 3 abstenções) os seguintes associados para a referida comissão:

– Maria Auxiliadora Studart (Ambiente de Logística – Passaré)

– Paulo Afonso Lopes Ribeiro (aposentado)

– José Nilton Fernandes (aposentado)

Plenária

Foram apresentadas e submetidas à aprovação da plenária as resoluções e moções que constam do anexo.

Dia 17 – manhã

Audiência Pública na Câmara Federal

O segundo dia de RCR foi dedicado à audiência pública "Uma Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – o recorte regional em discussão", no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. A iniciativa foi da Comissão de Legislação Participativa a partir de sugestão encaminhada pela AFBNB.

Os expositores foram: Rita Josina Feitosa a Silva (Diretora-Presidente da AFBNB), Dep. Júlio César (Coordenador da Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados), Adriana Melo Alves (Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional); Luiz Alberto Esteves (Economista-Chefe do BNB); Augusto Sérgio Vasconcelos (Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia).

Participaram ainda os deputados Nilto Tatto (PT/SP), Vilson da Fetaemg (PSB/MG), Assis Carvalho (PT/PI), Zé Carlos (PT/MA), Márcio Jerry (PCdoB/MA), Bira do Pindaré (PT/MA), Pompeo de Mattos (PDT/RS) e o porta voz do partido Rede Sustentabilidade, Pedro Ivo, além de representações de trabalhadores de diferentes setores: petroleiros, hoteleiros, bancos públicos como a Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia e sindicatos da categoria.

A íntegra da audiência está disponível na página da AFBNB no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=EwwGpFIndaI

Anexos

Resoluções – Programa de Ação

1. Reafirmar a inserção da AFBNB nas lutas gerais em contraposição aos processos de desmonte das conquistas sociais, trabalhistas e de outra ordem, em curso no país, a exemplo das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) da Reforma da previdência, liberdade econômica, reforma trabalhista, congelamento dos investimentos sociais (congelamento dos gastos) etc;

   Buscar interlocução junto a entidades afins – sindicatos associações, dentre outras - inclusive do campo jurídico no sentido de auferir formas e encaminhamentos necessários de preservar as regras atuais da Previdência para quem já está no sistema, ou seja, para todos que hoje contribuem, independente de já ser assistido ou não pelo INSS;

2. Elaborar um documento com o resgate histórico sobre o Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste (FNE), enfocando a luta dos trabalhadores do BNB, pelo protagonismo da AFBNB, para a criação do "Fundo", bem como o papel do mesmo e sua imprescindibilidade para a economia da região e próprio Brasil para divulgação até o fim de 2019;

3. Intensificar as mobilizações em andamento pelo fortalecimento do BNB e demais bancos públicos, pelo conjunto dos órgãos regionais de desenvolvimento; FNE e demais fundos constitucionais, a exemplo de audiências públicas, fóruns (principalmente nas localidade que têm agência do BNB) , frentes parlamentares, comitês; produção de documentos, inserção nas lutas e atividades do movimento social neste sentido;

4. Elaborar o documento "Carta de Brasília", Unidade da Federação sede de realização deste fórum, para fins de divulgação em primeiro momento com a leitura durante a audiência pública no auditório Nereu Ramos, na Câmara Federal - "uma nova política regional de desenvolvimento – o Recorte Regional em discussão";

5. Realizar seminário acerca o centenário de Celso Furtado durante o ano de 2020 – haja vista ser o marco do relevante ocorrido, no sentido de disseminar o legado do mesmo para a necessidade de uma política no âmbito do Desenvolvimento Regional;

6. Buscar maior interlocução junto aos parlamentares e demais segmentos no sentido de envolver a sociedade das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste nas mobilizações em torno dos Bancos Regionais, Fundos Constitucionais, bem como dos demais respectivos órgãos e instrumentos de desenvolvimento regional;

7. Desenvolver Campanha publicitária, com recursos de "outdoor" pelo fortalecimento do BNB e em defesa do FNE;

8. Discutir com as Instâncias competentes no sentido de que os Bancos Regionais possam integrar o do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE);

9. Procurar a interlocução no sentido de que os Bancos Regionais constituam Núcleos técnicos para elaboração de estudos, políticas e diretrizes no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE);

10. Definir um dia "D" de mobilizações no âmbito do BNB – debates, entrevistas, documentos, audiências e outras formas de interação com a sociedade, pelo fortalecimento do BNB e em defesa do FNE;

11. Restabelecer o projeto "semana e mobilização no BNB, o qual se desenvolve na semana do aniversário do Banco;

12. Buscar a discussão junto aos órgãos competentes, no sentido de que os Bancos Regionais não sejam mais avaliados dentro dos parâmetros estabelecidos pelo "Acordo de Basileia";

13. Apresentar Sugestão à Comissão de Legislação Participativa (CLP) para alteração do Decreto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para que os Bancos Regionais participem do Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e DR;

14. Apresentar Sugestão à Comissão de Legislação Participativa (CLP) para alteração do Decreto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para que os Bancos Regionais participem do Núcleo de Inteligência Regional, no caso do BNB, via o ETENE;

15. Retomar a articulação política para o andamento de sugestão apresentada à CLP quanto à PEC do Recorte Regional, a qual se coaduna com o Artigo 4º, inciso III, da Nova PNDR;

16. Realizar por meio do Conselho Técnico da AFBNB o estudo do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) para apresentação de análise crítico-propositiva, entre elas quanto aos ataques realizados ao FNE, que ao final fragilizam o principal órgão de apoio ao desenvolvimento regional na Região;

17. Realizar pesquisa junto aos parlamentares colhendo respostas quanto a perguntas chaves sobre o desenvolvimento regional, o FNE e os Bancos Regionais, considerando as iminentes Repactuação Federativa, Reforma Tributária, PEC 119, Resolução 130 Condel/Sudene, PEC do FUNDEB;

18. Estimular ações e outras iniciativas junto aos Representantes e demais funcionários do BNB no sentido de fazer contraponto a medidas que apontem ameaças ao Banco e ao FNE;

19. Encaminhar mensagens para a base (representantes da AFBNB e demais trabalhadores do Banco) no sentido de realizar audiências públicas nos Estados/municípios em torno do Desenvolvimento Regional, Fortalecimento do BNB e defesa do FNE;

20. Buscar as interlocução junto aos Senadores que subscreveram a PEC 119/2019 no sentido de que os mesmos revertam a assinatura.

21. Reafirmar a luta pela reintegração dos demitidos sem justa causa (período 1995 a 2003), inclusive, conforme o caso, por meio de Ação na justiça, mediante enquadramento jurídico que aponte o enquadramento legal neste sentido;

22. Buscar a interlocução com o BNB no sentido de extinguir todo e qualquer outro mecanismo avaliativo de pessoal que não conste como padrão ou oficial da Instituição, ou seja, o que não é utilizado para o conjunto dos funcionários do Banco;

23. Reafirmar o entendimento contrário a toda e qualquer medida que aponte para o esvaziamento dos planos de saúde e de previdência, bem como de esvaziar e até mesmo de inviabilizar as respectivas Caixas, Camed e Capef, inclusive por meio do ingresso na justiça com vistas a tornar sem efeito possíveis medidas pertinentes, a exemplo das resoluções 23 e 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), órgão do Ministério da Saúde;

24. Buscar parecer jurídico sobre a viabilidade do ingresso na Justiça pelo aporte de recursos pelo Patrocinador para a recomposição do benefício do plano BD-Capef;

25. Propor ao BNB a inserção de um curso de formação sobre do Desenvolvimento Regional na sua grade de treinamentos voltados para os funcionários, no sentido de aprofundar e melhor disseminar a cultura e o papel do Banco enquanto Instituição de desenvolvimento;

26. Propor ao Banco que considere as competências, formação e experiências que os funcionários tenham anteriormente ao ingresso na Instituição para fins de pontuação nos processos de concorrência interna.

MOÇÕES

Moção de protesto e repúdio

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) reunidos em Brasília (DF) durante os dias 16 e 17 de setembro de 2019, por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de representantes da AFBNB, manifestaram posicionamento contrário ao conjunto de medidas que vêm sendo implementadas no país no sentido de desmontar as estruturas e instituições que são responsáveis por promover e assegurar, direitos, benefícios, conquistas trabalhistas, sociais e de outra natureza que cumpram tais prerrogativas, levadas a efeito e/ou ainda como projetos pelo governo federal e demais instâncias correlatas do poder.

Nesse sentido, ao tempo em que expressam o seu mais veemente protesto, afirmam a urgente necessidade de mobilizações e lutas contra as PECs da reforma da previdência, liberdade econômica, reforma trabalhista, privatizações e outras que cumpram tal objetivo, na perspectiva de que as mesmas não sejam aprovadas efetivamente, bem contra as medidas dos cortes de investimentos na educação, nas universidades públicas e a perigosa intenção de desmontar as mesmas.

Manifestam ainda que tal entendimento se direciona pelo fato que as referidas medidas e direcionamentos significam retrocessos, atentado à dignidade humana, bem como traduzem atentado contra as relações saudáveis, democráticas e contra a economia do país.

Brasília (DF), 16 e 17 de setembro de 2019.

56ª Reunião do conselho de representantes da AFBNB

Moção de repúdio e reprovação

Os trabalhadores do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), reunidos por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, manifestam o seu mais veemente repúdio a iniciativas que tem sido tomada, seja por projetos, decretos e/ou outras formas, as quais visam ao desgaste do BNB, a exemplo das tentativas de esvaziar o fundo constitucional do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos da Instituição, responsável por mais de 70% das suas aplicações, por meio do compartilhamento, retirada de recursos e desvirtuamento das suas finalidades constitucionais.

Assim, conscientes de que tais medidas afetam diretamente de forma negativa a economia da região em que o BNB atua e do próprio País, reafirmam que o FNE, da mesma forma como os demais Fundos Constitucionais, devam continuar sendo um instrumento alavancador do desenvolvimento, com o seu modelo atual, gerido de forma exclusiva pelo BNB, e voltado para as atividades produtivas em cumprimento ao determinado pela Constituição Federal vigente. Neste sentido, enfatizam: Não à retirada e compartilhamento de recursos ou quaisquer outras formas de mutilação do FNE e demais Fundos Constitucionais!

Brasília (DF), 16 e 17 de setembro de 2019.

56ª Reunião do conselho de representantes da AFBNB

Moção de Aplauso

Os representantes dos funcionários do BNB, reunidos por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB realizada em Brasília nos dias 15 e 16 e 17 de setembro de 2019 aplaudem a ideia de a AFBNB ter escolhido o referido domicílio Federal do nosso Brasil com temas importantíssimos para o BNB e para região Nordeste, principalmente no momento político de tanta apreensão em termos das muitas mudanças políticas em andamento nas casas legislativas do país.

Moção de repúdio

Os representantes dos funcionários do BNB, reunidos por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, realizada em Brasília nos dias 15 e 16 e 17 de setembro de 2019, repudiam os membros do Poder Executivo e Legislativo que utilizam reiteradas expressões de cunho pejorativo direcionadas ao povo nordestino, bem como por ações políticas de caráter discriminatório para com a região Nordeste demonstrando a ausência de postura compatível com as funções do cargo que ocupam, além de total desconhecimento tanto do papel histórico que o Nordeste e os nordestinos ocupam – seja na formação de uma identidade nacional seja no desenvolvimento econômico do Brasil - como das necessidades e potencialidades de uma região tão plural e tão carente de boas políticas públicas.

Moção de louvor

Nós, representantes da BNB reunidos em assembleia por ocasião da 56ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, realizada em Brasília nos dias 15 e 16 e 17 de setembro de 2019, lançamos uma Moção de louvor em homenagem aos 10 anos de existência da função de Gerente de Negócios Pronaf. A função, embora eivada de inúmeros percalços e dificuldades, que vão desde a carência de um maior apoio Logístico e operacional até a não equiparação em termos financeiros a funções semelhantes no eixo de gestão, constitui um segmento de funcionários que contribui para o peso econômico e social no cumprimento da missão do Banco. Raça Forte, teu nome é Pronaf!

Menção de reconhecimento

Na condição de participante da 56ª reunião do conselho de representantes da AFBNB, aqui em Brasília, considerei oportuno manifestar à Diretoria e aos demais presentes meu reconhecimento e também meu agradecimento pelo importante trabalho que essa gestão tem desenvolvido em prol dos funcionários do BNB, sempre atuante e presente, mantendo-se sempre na vigilância pela preservação dos direitos e conquistas trabalhistas dos mesmos, inclusive pela convocação de novos funcionários e pela reintegração de colegas demitidos injustamente, embora essa luta se dê, como somos sabedores, numa realidade de cortes nas empresas controladas pelo governo, inclusive com a onda de privatizações que deixa a todos ansiosos e preocupados.

A nossa AFBNB, que sempre está nessa luta, inclusive com a visão social, quando amplia sua ação para as questões gerais em defesa dos trabalhadores, do Nordeste e do próprio país, jamais poderá ter o trabalho desempenhado por essa Diretoria esquecido. Esse valioso trabalho deve ser reconhecido, principalmente por planejar e realizar atividades em Brasília, a exemplo do “desse encontro aqui”, junto a parlamentares, órgãos de governo e demais autoridades buscando sempre as parcerias com os outros segmentos da sociedade, em prol de um BNB forte, na busca do equilíbrio social, como empresa cumpridora do seu papel e composta por profissionais qualificados.

Sempre unidos com a nossa Associação, nós trabalhadores do BNB, ativos e aposentados seremos cada vez mais fortes. Essa união traz a certeza de que, embora a realidade de ameaças e retiradas de direitos, dias melhores virão!

Parabéns à Diretoria da AFBNB, mais uma vez, que tanto fez, e faz, para o desenvolvimento social do Nordeste, do país e por todos nós, ativos e aposentados, novos funcionários! Parabéns a todos que fazem o BNB! Meu sincero abraço.

Adeilton Arcano de Moura
Associado da AFBNB
Aposentado

Carta de Brasília III

Os Representantes da Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) reunidos durante os dias 16 e 17 de setembro de 2019 por ocasião da "56ª Reunião do Conselho de Representantes" da Entidade (56ª RCR - AFBNB), em Brasília (DF), Capital Federal e centro das decisões políticas do país, se debruçaram sobre o tema **"Por uma política nacional de desenvolvimento: o recorte regional em discussão".** Como fruto das discussões, análise e avaliação da realidade brasileira, em específico no tocante às regiões mais carentes do país, Norte e Nordeste, manifestaram entendimento e direcionamentos que consideram necessários e estratégicos para a superação do profundo e preocupante quadro de desigualdades intra e interregionais que marcam o país.

A AFBNB tem sido protagonista em pautar a "Questão Regional" no âmbito da Capital Federal, seja por interlocução com o parlamento, com instâncias e demais órgãos de governo, pelo acompanhamento do trâmite de projetos pertinentes, seja por seminários e audiências públicas. É oportuno enfatizar que esta é a terceira vez que a Associação realiza o seu fórum de representes em Brasília e que, a exemplo desta 56ª reunião, as edições 49ª e 53ª, ocorridas nos meses de agosto e setembro de 2015 e 2017, respectivamente, pautaram o assunto e apontaram diretrizes quanto a temática.

Nas duas ocasiões, assim como agora nesta Audiência Pública com o tema **"Uma nova política nacional de desenvolvimento – o recorte regional em discussão"**, neste mesmo ambiente (auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados) ocorreram seminários como parte integrante dos fóruns: em 2105 com o tema "**Nordeste, sem ele não há solução para o Brasil**" e em 2017 com o tema "**Desenvolvimento Regional, prioridade nacional**". Nestes dois momentos foram apresentados os documentos intitulados "Carta de Brasília", os quais expressam a visão, o entendimento e encaminhamentos apontados nos debates no quanto à necessidade de uma ação diferenciada do Estado voltada ao Desenvolvimento Regional, o que passa, impreterivelmente, pelo fortalecimento dos instrumentos constituídos para esse fim, pelo financiamento necessário para tal, bem como pelo contraponto decisivo e sem tergiversação a medidas, projetos e quaisquer outros mecanismos que se coloquem na contramão desse objetivo.

A manifestação deste momento, como sendo o resultado das discussões na 56ª RCR – AFBNB, se materializa, fazendo-se necessária, portanto, no sentido de ratificar esses propósitos e fundamentações, haja vista a ausência no País de uma política regional, alinhada à falta de integração entre os órgãos de interesse do desenvolvimento regional, quase todos fragilizados ou mesmo em processo de desmonte.

Reafirmamos que não é possível promover um desenvolvimento sustentado e sustentável com um cenário de desigualdades regionais, tal como aconteceu com a União Europeia, que enfrenta uma crise com tendência perigosa de desagregação por causa da assimetria (desigualdade) entre as estruturas econômicas fortes, dos países mais desenvolvidos, e os que ingressaram na economia menos dinâmica, dependente, portanto, com um capitalismo tardio.

A realidade de desintegração na estrutura econômica do Brasil trava o desenvolvimento integrado e cresce com o advento da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, convertida na Emenda Constitucional 95, a qual congela os investimentos da educação, saúde e infraestrutura durante os próximos 20 anos, o que inevitavelmente acarretará o aumento da pobreza, da desigualdade, da exclusão social e da violência. E isso reflete como espelho dramático na realidade nordestina que expõe suas patologias sociais, destacando os indicadores de bem-estar social abaixo da média brasileira. Uma referência neste sentido foi feita pelo economista Celso Furtado em sua obra "O Longo Amanhecer".

Tal situação tende a se intensificar com o aprofundamento da crise brasileira, reflexo da crise econômica mundial, e os impactos nas políticas de combate às desigualdades regionais. O Nordeste tem que assumir o protagonismo como ator político, através de seu povo, dando melhor ênfase ao trabalho de análise crítica da realidade, à produção de conhecimento e ao trabalho de formação da consciência política. Queremos construir e orientar a prática após a formulação do nosso projeto de desenvolvimento, que é um verdadeiro Plano de Nação; definir uma missão de futuro promissor para o Brasil e para o Nordeste, objetivo final de uma real estratégia moderna e humana visão de desenvolvimento: **a inclusão social**.

Isso impõe a necessária defesa da questão institucional, significando a reafirmação e o fortalecimento das instituições operadoras do desenvolvimento regional (BNB, BASA, Sudene, DNOCS, Chesf, Codevasf, modernas agências de desenvolvimento); e a questão do financiamento, com a defesa dos fundos constitucionais, como é o caso do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE). Essa preocupação exige urgente mobilização, posicionamento firme, união e esforços dos diversos setores que pensam o desenvolvimento e que se pronunciam em defesa das instituições de desenvolvimento e contra medidas desagregadoras dessa estratégia. Assim, neste contexto, dentre outras ações, urge a adoção de medidas concretas pela não apreciação, e se for o caso, pela não aprovação da proposta de emenda à Constituição – PEC 119/2019, de autoria da Senadora Kátia Abreu (TO) recentemente encaminhada ao Senado Federal, a qual traz no seu bojo a desestruturação dos fundos constitucionais, inserido aí o FNE - ferramenta fundamental do Estado para o desenvolvimento.

Por fim, reafirmamos a MOBILIZAÇÃO POLÍTICA e social como fator essencial para o desenvolvimento. Esse sonho somente será viável pelo entendimento político em torno dos objetivos, pela consciência de que compete ao Estado promover investimentos em infraestrutura, educação, saúde, transporte, ciência, tecnologia e inovação. São esforços de todo o povo para ver acontecer este "longo amanhecer do Nordeste brasileiro".

Brasília-DF, 17 de setembro de 2019.